

Trabalhadores Escravos na Província do Amazonas

Tenner Inauhiny de Abreu*

Introdução

O presente artigo pretende ser uma contribuição a história social do trabalho na Amazônia. Caracteriza-se por ser uma revisão bibliográfica que tenta relacionar os conceitos da história social do trabalho, com uma aproximação destes enquanto ferramentas metodológicas, a serem cruzadas com as obras de história regional.

Tem como proposta analisar a multiplicidade do universo do mundo do trabalho na Província do Amazonas (1850 a 1889) ressaltando a participação de trabalhadores escravos negros na construção da dinâmica social.

Tal tentativa de contribuição a História Social da Amazônia sob nosso entendimento serve para se discutir a lacuna, ou silenciamento da presença negra e sua influência no mundo do trabalho na produção historiográfica local.

O objetivo, portanto é ressaltar a importância da presença dos trabalhadores negros na Província do Amazonas, e destacar os escravos negros enquanto construtores anônimos do progresso material da Província fugindo dos estereótipos construídos pelas obras que destacam apenas a quantidade diminuta de negros na região.

A primeira parte do artigo: *História Social do Trabalho na Amazônia* tem por objetivo resgatar a discussão dos temas mais relevantes dentro do chamado “mundo do trabalho” ressaltando o trabalho enquanto categoria de análise possível também ao universo da escravidão.

Posteriormente em *Conceito de Escravidão*, destacamos a relevância de se discutir o conceito de escravidão e de que forma tal conceito vai se modificando de acordo com a sua utilização na sociedade colonial na América.

Em *Leituras sobre a escravidão na Amazônia* pretendemos analisar de que forma o tema da escravidão negra é tratada pela história regional. Discute-se a presença

* Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

dos africanos na região e sua importância para a construção da dinâmica social na Amazônia.

História Social do Trabalho na Amazônia

Hobsbawm (2000) afirma que a história operária floresce, na maioria dos países quantitativamente falando, sendo a principal característica desta história ser bastante politizada e estar se transformando em uma área acadêmica. (p. 15)¹

Ao caracterizar esta história operária Hobsbawm (2000) acentua a utilização de novos conceitos emprestados de outras áreas das ciências sociais e afirma:

A história operária é parte da história de certas sociedades que possuem características específicas em comum (...) é um assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, bases e líderes, os níveis socioeconômicos, político, cultural, ideológico e 'histórico' (p. 28)

Ressalta ainda Hobsbawm (2000) que na atualidade existe um caráter acadêmico acentuado na história operária, fato que podemos confrontar com o resgate da história operária na Amazônia, realizado por novos historiadores vinculados à Universidade Federal do Amazonas.

O pensamento social sobre a Amazônia, para Pinheiro (2007a) foi significativamente influenciado pela tradição do pensamento construído pelos naturalistas e conquistadores da região.

Para o autor: “(...) é possível ver as marcas de uma escrita historiográfica regional colonizada, que reforça preconceitos e estereótipos, enquanto silencia sobre tantos outros processos e sujeitos sociais” (Pinheiro, 2007a, p. 12)

A Amazônia segundo Pinheiro (2007a) é vista como espaço desumanizado e vazio de cultura, fato atribuído aos primeiros discursos presentes sobre a região desde os primeiros naturalistas que viajaram pela área.

Pinheiro (2007a) destaca que a construção deste discurso, ou ideário em relação à Amazônia influenciou significativamente a intelectualidade brasileira onde: “Guardamos ainda hoje a marca perversa desse ideário” (p. 12).

A imagem do homem amazônico tendeu sempre a generalidade, homogeneização e simplificações grosseiras. Estas imagens operam, segundo o autor: “(...) o danoso desaparecimento de uma infinidade de processos e de sujeitos históricos que não tiveram associadas aos arquétipos de uma Amazônia percebida como natureza desumanizada” (Pinheiro, 2007a, p. 12).

Em consonância com o exposto acima Pinheiro (2007a) afirma que a História de Manaus durante o ciclo da Borracha² é analisada pela historiografia local, de maneira a silenciar sobre a presença da classe trabalhadora e conseqüentemente não expor o papel destes na dinâmica social da cidade. (p. 17)

Ao abordar a temática de Cidade e trabalho Pinheiro (2007b) utiliza um recorte cronológico que acompanha o processo de modernização urbana e seus impactos na cidade de Manaus entre 1880 e 1920.

Pinheiro (2007b) ao tratar do tema *trabalho* em Manaus faz uma articulação com a temática das cidades. A autora afirma: “A articulação do tema Cidade & Trabalho enseja reflexões acerca das múltiplas dimensões do universo do trabalho e dos trabalhadores em Manaus, durante o período de expansão da economia de exportação da borracha.” (p. 58).

A autora afirma que a mudança estrutural na cidade de Manaus (ocorrida a partir de 1880) deveu-se ao processo de desenvolvimento da produção extrativa da borracha. (Pinheiro 2007 b, p. 59)

Pinheiro afirma:

Nossas pesquisas têm buscado acompanhar outras trajetórias ainda pouco exploradas na escrita da História Amazonense. Neste sentido, temos tentado iluminar experiências sociais concretas, do amplo e diversificado contingente de trabalhadores que se formou na cidade durante a República Velha. Trata-se, portanto, de acompanhar a vivência de pessoas comuns que, embora não tenham tido experiências *glamourosas* ou repleta de fascínios na Belle Époque Manauara, foram, todavia, ao lado dos extratores do Látex, os esteios sobre os quais se assentou a sociedade extrativista (2007b, p. 61)

Importante a análise de Pinheiro (2007b), pois a cidade tem sido uma referência constante, enquanto o tema trabalho é pouco mencionado. Entretanto, segundo a autora nas primeiras décadas da província o discurso dos presidentes apontava a carência de trabalhadores especializados no Amazonas. Neste sentido: “Recorrendo à prática

colonial, tanto os moradores brancos quanto às autoridades coloniais fizeram largo uso da mão-de-obra indígena regional (...)” (p. 64)

Ao analisar as características do trabalho urbano na Manaus da borracha, Pinheiro (2007b) afirma que a concentração de trabalhadores era forte no setor terciário (comércio e serviços) majoritariamente masculina em relação à mão-de-obra e acerca do trabalho fabril afirma que: “(...) pouco se desenvolveu, alocando um número mais restrito de trabalhadores nas empresas de beneficiamento de produtos regionais, como castanha, nas fábricas de gelo e cerveja o ainda nas oficinas gráficas” (p. 67)

Analisando as obras de história regional observa-se que o elemento humano, que segundo Pinheiro (2007b) dá sentido a experiência urbana desaparece das narrativas em favor do fator arquitetônico.

Nas palavras de Pinheiro (2007b):

Essa rápida inflexão ao mundo do trabalho em Manaus, parte do pressuposto de que o processo de urbanização, se entendido apenas como a dinâmica da construção do que hoje é entendido como o patrimônio arquitetônico é extremamente restritivo e remete para uma narrativa de história urbana desencarnada e muito mais afeita a arquitetos que a historiadores. É assim a memória historiográfica construída sobre Manaus. Trata-se essencialmente, do entendimento da história urbana como a narrativa das transformações materiais, da expansão física do sítio urbano, das edificações e dos investimentos em infra-estrutura (...) (p. 69)

Se ocorre o silenciamento da presença dos trabalhadores na construção da dinâmica social no espaço da cidade ressaltado por Pinheiro (2007a) e Pinheiro (2007b) ao se referirem aos trabalhadores na região, podemos questionar tal qual Giannotti³:

Onde trabalhavam os negros ex-escravos no começo do século XX? A política dos governos do fim do Império e começo da República era a de deixar os negros abandonados à própria sorte (...) As primeiras fábricas só selecionavam para o trabalho imigrantes europeus. Os ex-escravos ficavam com os piores serviços, pequenos biscates ou qualquer coisa que desse um prato de comida para a família. (2007, p. 53)

Segundo Flávio Gomes⁴(2006), inexistente um diálogo entre os estudos de escravidão e as experiências urbanas rurais de milhares de africanos e crioulos em relação às investigações que analisaram a imigração européia e a chamada experiência do trabalho livre.

Gomes (2006) afirma: “Acreditamos, portanto, que é hora de reaver a trama entre migrantes ‘longe da modernidade’ e aqueles que viveram o ‘atraso’ da escravidão.” (p. 218)

O objetivo do autor é a partir de uma abordagem da História Social, contemplar estudos sobre a experiência do trabalho escravo e também o trabalho livre e assalariado no final do século XIX.

Retomando o que afirma Gomes (2006) em seu artigo, a influência dos historiadores britânicos⁵ nos programas de pós-graduação, contribuiu para renovar as pesquisas sobre grupos sociais.

Gomes afirma: “A agenda das investigações e reflexões apontava para a consideração das experiências das classes subalternas em suas complexas relações de influência, teias de cultura e poder.” (2006, p. 221).

A partir desse salto na pesquisa, segundo Gomes:

(...) a história social do trabalho teve um roteiro bifronte, servindo para um reexame do papel de africanos, crioulos, escravos e libertos na formação da classe trabalhadora brasileira, ainda então estudada, em termos cronológicos, a partir da chegada dos imigrantes italianos nas fazendas de café (...) Em segundo lugar, a história social, ao buscar no entrelaçamento das fontes o ‘vívido’ (...) quer reconstruir redes de relações, encarnando-as em pessoas concretas, o que exige um decidido movimento rumo aos arquivos, nem sempre a melhor decisão quando os esquemas estão pré-prontos. (2006, p. 221)

A crítica de Gomes (2006) acima citada relaciona-se ao que o autor chama de “bifurcação” nos estudos relacionados à história social. Segundo o autor, os estudos sobre escravidão priorizaram os conceitos de lutas de classes enquanto nos estudos sobre a classe operária, sindicatos e partidos acabavam silenciando sobre o processo de formação das classes nem tocavam no ponto do “embranquecimento” ou da exclusão própria do trabalho escravo.

A historiografia social britânica, conforme afirma Gomes, ajuda-nos a pensar sobre os temas e abordagens históricos. O autor citando artigo conhecido de Hobsbawm afirma: “(...) a história da classe trabalhadora é maior e mais complexa do que a história das ideologias, dos sindicatos, dos partidos e de suas lutas.” (2006, p. 222)

Como exemplo deste esforço e parafraseando Gomes, no intuito de reaver a trama dos escravos e ex-escravos no mundo do trabalho, podemos citar a obra de Lanna⁶ que analisa a vida dos trabalhadores pobres (imigrantes) e suas relações no

espaço urbano da cidade portuária de Santos, que segundo a própria autora é conhecida como a Barcelona brasileira.

O estudo de Lanna, portanto, focaliza as múltiplas experiências dos trabalhadores na cidade em transformação buscando o nexo causal da presença de imigrantes, trabalhadores nacionais, escravos e ex-escravos na cidade e seu impacto na formação da mão-de-obra.

Em relação a esses trabalhadores e referindo-se a cidade de Santos no período de 1870 a 1913 Lanna afirma: “A população da cidade de Santos compunha-se basicamente de imigrantes, principalmente de origem portuguesa e espanhola, de *escravos*⁷ que aí chegaram nos anos finais da luta contra a escravidão e de nacionais.” (1996, p. 167)

Para Lanna o Governo Imperial brasileiro havia tentando implantar uma política de colonização, procurando atrair estrangeiros para formar núcleos coloniais. Segundo a autora existe uma relação presente na formação da mão-de-obra da cidade portuária diretamente ligada às imigrações e a mão-de-obra escrava e dos ex-cativos, quando afirma que:

(...)a partir de 1850, com a cessão do tráfico internacional de escravos estancaram-se o suprimento da mão-de-obra africana escrava. Os altos índices de mortalidade contrapostos aos baixos índices de natalidade entre a população cativa indicavam a urgência em se pensar alternativas para o trabalho escravo. O tráfico inter-provincial logo mostrou seus limites ante o receio de que a concentração de escravos na região centro-sul do país acabasse resultando em conflitos revolucionários como a Guerra de Secessão americana. (...) além disso, estes escravos importados de outras regiões pareciam mais difíceis de ser controlados (Lanna, 1996, p. 171)

A consequência dessa dificuldade de suprimento da mão-de-obra segundo Lanna, fez com que várias propostas fossem apresentadas entre elas a incorporação dos cativos como trabalhadores livres, pela arregimentação dos nacionais livres e imigração.

Podemos compreender, portanto que a história dos trabalhadores (mote da História Social) extrapola definições rígidas e noções generalizantes. Gomes corrobora com tal perspectiva ao afirmar que: “(...) aqueles fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas, podem ser perfeitamente fenômenos da história operária” (2006, p. 223).

Flávio Gomes (2006) retoma em seu artigo as idéias de Luiz Aguiar Costa Pinto⁸ que definem a escravidão como geradora de permanências e rupturas em relação à questão racial.

Gomes afirma que:

Para Costa Pinto, em muitas regiões brasileiras existia ainda, no plano socioeconômico (...) a ‘coexistência de dois mundos’: um da escravidão, estagnado não só economicamente, mas em termos sociais; e o outro da industrialização e da urbanização, em movimento gerador de mudanças” (2006, p. 225)

A sociedade escravista esclarece, Gomes (2006), foi desenhada como atrasada por conta de seu sistema social trazer em suas raízes o patriarcalismo. “Escravidão, trabalho escravo e mundo rural apareceriam em oposição à industrialização, operariado e urbanização.” (2006, p. 227).

A partir de tal análise, pautada na obra de Flávio Gomes (2006), podemos afirmar que tais idéias representadas por Costa Pinto demonstram uma compreensão da realidade social pobre, onde a complexidade da sociedade escravista, suas relações de classe, e conflitos étnicos ficam ausentes.

O próprio Flávio Gomes explicita tal análise simplista ao ressaltar que:

Vários estudos sobre a escravidão apontaram a experiência do trabalho manufatureiro e industrial com uso de escravos, assim como a complexidade do trabalho escravo – urbano e rural – com as transformações tecnológicas e ideológicas do século XIX em diversas sociedades escravistas. (2006, p. 225).

Citando obra clássica de Robert Corand, Lanna (1996) afirma que o processo da abolição situava-se dentro de um amplo quadro de reformas gerais, dentro deste contexto, inserindo-se a abolição. Para a maioria dos brasileiros, ainda segundo Lanna, a questão se resumia ao fim das relações escravistas, entretanto, sem a reflexão na sociedade que viria após a derrocada da escravidão.

Lanna esclarece que para os abolicionistas, a campanha tinha, além do sentido humanitário e progressista, um caráter de incorporação que aproximava o Brasil do mundo civilizado, contribuindo para a formação de uma nação sem a nódoa dos tempos coloniais. Para a autora:

A questão da democratização e da efetiva inclusão do ex-cativo na sociedade brasileira implicava em reformas na educação, na participação política e, sem dúvida nos mecanismos de acesso à terra. (...) Não só não foram criados mecanismos de acesso à terra como os que tinham com ela alguma relação se viram permanentemente espoliados dos seus direitos. (Lanna, 1996, p. 199)

Segundo afirma Gomes (2006, p. 228) as experiências fabris dos escravos e a dimensão da classe na organização do trabalho escravo urbano já ganham foco.

Cita o exemplo do Rio de Janeiro onde:

(...) uma abordagem detalhada da sociedade escravista – principalmente urbana – possibilitaria análises mais complexas e perspectivas mais estimulantes sobre a integração da população negra no mercado de trabalho. Em vez de uma classe débil e do atraso tecnológico – com escravidão e escravos – seria possível matizar a historicidade do processo de urbanização e de industrialização no Rio de Janeiro desde o final da primeira metade do século XIX (Gomes, 2006, p. 226)

Em se tratando das relações sociais de produção, Gomes afirma que não houve mudanças apenas nas regiões que receberam os imigrantes europeus, houve na realidade uma “modernização sem mudança”, pois segundo o autor:

O argumento do atraso técnico da mão-de-obra escrava não fazia sentido. Com a ideologia do trabalho livre reforçava-se a visão de controle social, especialmente das cidades. Indivíduos que não exibiam uma clara ocupação profissional eram considerados vadios, e dentre eles certamente havia escravos, e libertos, transformados em negros. (2006, p. 228)

Não há na visão de Flávio Gomes (2006) uma incompatibilidade de densidades urbanas com sistemas escravistas. Para o autor, esse foi tema de vários estudos nos Estados Unidos, em relação à avaliação de crescimento urbano como produtor de contradições estruturais com a escravidão. Nas palavras do autor: “Lá como cá, surgiriam densas cidades com escravos e mesmo cidades escravistas, dinamizando relações de produção.” (2006, p.226).

Gomes afirma ainda sobre a questão do controle social que o maior número de escravos nas ruas fez aumentar as formas de controle nas cidades por meio de posturas municipais multas e aparato policial. (2006, p. 226)

Sobre controle social Neder alerta:

Relativamente ao controle social e à disciplina, sublinhe-se que, durante a escravidão, estes eram praticados no interior da própria unidade produtiva, a fazenda, sendo o controle social exercido diretamente pelo senhor de escravos (...) O Controle social da população pobre e livre ocorria como um desdobramento dessas práticas, dentro da lógica do regime escravista. Nos centros urbanos, esse controle era feito também pelas instituições policiais, que, desde transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foi melhor aparelhada para tal fim. (...) Com o fim da escravidão, tornou-se necessária a reforma das instituições de controle social (polícia e justiça). Inscrevem-se aí as reformas das instituições policiais nos primeiros anos do novo século e a criação da Escola de Polícia⁹. (Neder, p. 122)

As reflexões sobre a experiência das relações do mundo do trabalho da escravidão na formação da classe operária foram eliminadas em determinados momentos das análises nos estudos sobre a classe trabalhadora e Gomes aponta para a ausência também dos estudos sobre relações raciais.

Conceito de Escravidão

Para Barros (2009, p. 29) as relações entre desigualdade e diferença constituem um capítulo bastante complexo na história das sociedades humanas. O autor se propõe a examinar as contradições relacionadas com a desigualdade e a oposição entre liberdade e escravidão.

Segundo Barros: “(...) se considerarmos que a escravidão implica, em uma primeira instância, privação da liberdade, deveremos tendencialmente localizar este par de contraditórios no eixo circunstancial da desigualdade.” (2009, p. 29).

Nas palavras do autor o escravo é aquele que perdeu a liberdade. “A escravidão é de fato a desigualdade radical por excelência. Com a escravidão (...) podemos dizer que este escravo está privado de tudo, de todos os seus direitos sobre si.” (Barros, 2009, p. 29).

Barros afirma que só podemos ultrapassar as definições generalizantes se pudermos definir o escravo em oposição ao homem livre, conforme assinala abaixo:

O escravo, definido por oposição ao homem livre – com ênfase nas implicações socioculturais desta oposição – será nosso ponto de partida – ainda que o contraste mais economicamente direcionado de ‘escravidão’ por oposição ao ‘trabalho livre’ pudesse render ainda outro circuito de considerações.” (Barros, 2009, p. 30).

O autor contrasta a condição do escravo (que é forçado ao trabalho compulsório em bases de coações extraeconômicas) e o trabalhador livre (que apesar de ser explorado na sua vida produtiva e cotidiana sofre coação de âmbito econômico.).

Barros afirma: “A ‘coação extraeconômica’ é, portanto, o primeiro aspecto a considerar quando buscamos entender o que é escravidão” (2009, p. 31).

Barros cita ainda a definição de escravo a partir de Petterson que segundo este: “(...) a escravidão é ‘aquela condição na qual há uma alienação institucionalizada dos direitos sobre o trabalho e o parentesco’ (Petterson APUD Barros, 2009, p. 33).

Tais definições segundo Barros servem para que se compreenda a oposição entre liberdade e escravidão a partir do contraste entre o trabalho livre e as formas de trabalho escravo.

Mais a frente Barros esclarece:

(...) a reflexão sobre a escravidão como complexo cultural leva-nos, como já postulamos, a posicionarmos esta noção de maneira bastante singular no âmbito do eixo fundador das desigualdades: adentra-se a escravidão quando se tem por perdido um certo número de liberdades.” (2009, p. 34).

Segundo Barros (2009) a estratificação social no Brasil Colonial fundou-se na noção desigualadora de escravo, fundada na perspectiva da diferença entre homens livres e escravos. Segundo o autor: “Nesta perspectiva, um indivíduo não está escravo, ele é escravo.” (p. 34).

Falando sobre a sociedade colonial, Barros afirma que a proposta moderna do sistema de escravidão imposta na América é distinta da presente na antiguidade, pois:

(...) a proposta do moderno sistema escravocrata implantado pelos europeus na América, a partir da força africana de trabalho, encontra-se fundamentalmente organizada em torno de um modo mais radical de enxergar a escravidão como diferença. A ‘racialização da escravidão’, nesta nova ótica que será a moderna, implica que a escravidão possa ser vista com uma diferença coletiva. Não seriam certos indivíduos de natureza humana deficiente, como propunha Aristóteles¹⁰, que deveriam estar destinados à escravidão, mas sim um grupo humano específico, que traria na cor da pele os sinais de uma inferioridade da alma (2009, p. 37-38)

Leituras sobre a escravidão na Amazônia:

De que forma o tema da escravidão negra na Amazônia é tratada? Em artigo acerca do mundo do trabalho indígena e africano na Amazônia¹¹, Sampaio ao discutir a presença de africanos, mais particularmente de africanos livres na Amazônia, afirma:

A despeito das evidências, uma rápida olhada na historiografia revela algo impressionante: os africanos livres, literalmente desaparecem. Na historiografia local relativa à escravidão, não há nenhuma menção à sua presença ou suas experiências na Amazônia. (p.2).

Sampaio afirma que a presença dos africanos livres na região é “invisível” em relatos da historiografia local, principalmente, pois segundo a autora:

(...) o tema da escravidão na Amazônia provoca estranhamento porque já se tornou comum afirmar que sua presença foi pouco significativa na economia regional dos séculos XVII e XVIII, fundada predominantemente sobre o trabalho indígena. (p. 4)

Para o século XIX, Sampaio alerta a cristalização de uma interpretação simplificadora, pois o número reduzido de africanos resultou em impacto modesto na economia e, portanto, nas palavras da autora: “(...) o espaço historiográfico disponível é proporcional à sua modesta envergadura. Além do mais diziam os ‘clássicos’, os africanos não conheciam a região e nem a floresta e, por isso, preferiam-se os índios.” (p.3)

Arthur Reis afirma que:

Os primeiros escravos negros introduzidos na Capitania foram trazidos pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, organizada ao tempo do Marquês de Pombal. Embora a Companhia em vinte e dois anos de existência tivesse colocado no mercado de Belém, onde os adquiriam os moradores do Rio Negro, 12.587 africanos, só uma parcela muito diminuta chegou ao sertão amazonense. (1989, p. 233)

Portanto segundo Reis: “O Amazonas nos dias coloniais, não recebeu grandes contingentes de escravos negros.” (1989, p. 232)

Gomes (1995) sobre a população negra presente na Amazônia no século XVIII afirma:

Era nessa época, principalmente na chamada ‘era pombalina’, entre 1751 e 1759, que começavam a se avolumar a entrada de escravos negros nesta região. Este comércio foi, inclusive facilitado pelas atuações da Companhia Geral de Comércio e da Companhia do Grão-Pará. Só nesta área de Macapá dizia-se existir cerca de 750 escravos africanos (p. 46)

Sampaio afirma que entender a presença dos escravos no Grão-Pará significa buscar as formas de sua inserção nessa sociedade. Segundo a autora no período do século XVIII:

Circular em Belém ou Manaus, significava encontrar nas ruas carregadores africanos, vendedores de açaí, mucamas e criados, forros negociando suas produções de tabaco, artigos de latão e cobre, chapéus de palha, oferecendo seus serviços de sapateiro, carpinteiro e ourives, (...) (p.5)

Sobre as características da população da região Amazônica no período colonial, Sampaio afirma que a maioria da sua população era não-branca. (p. 5)

Em relação à população Negra no Império, Reis alerta que:

(...) a população negra não teve aumento excessivo. Os escravos que vinham da Angola e de vários pontos do Brasil. Falam as várias estatísticas levantadas. Em 1833, a comarca tinha 962 escravos; em 1840, 710; em 1851, 750; 1856, 912; 1860, 1026; em 1869, 581; em 1881, 1716; em 1883 1.117; em 1884, 1501. (1989, p. 233)

Quanto à quantidade de escravos negros na Província, Ferreira destaca que em 1849 existiam no total 595 escravos sendo 253 adultos de uma população de 29.798 indivíduos. Já com a criação da Província, segundo o autor, com novo recenseamento realizado, existiam 750 escravos, sendo 225 homens, 272 mulheres, 117 menores do sexo masculino e 136 do sexo feminino. (2007, p. 137-138)

Ferreira cita o viajante naturalista Henry Walter Bates em relação à população da Província do Amazonas e da cidade da Barra:

A população da Província do Amazonas, de acordo com censo realizado em 1858, totaliza 55.000 indivíduos, sendo que o distrito municipal da Barra, que abrange uma grande área em volta da capital, não conta mais de 4.500 habitantes. (2007, p. 141)

Sobre o número de escravos, Ferreira (2007, p. 142) afirma que a província registrava em 1860 a existência de 1026 escravos e entre 1858 e 1861 o orçamento da Província taxava em cinco por cento a compra e venda de escravos na Província. Entre 1862 e 1864, o percentual foi substituído por uma taxa fixada em 40\$000.

Gomes (1995) sobre dados da população negra no Brasil colonial do século XVIII afirma:

Mesmo considerando o volume do tráfico – com quase 16.000 africanos chegando por ano – o número de homens livres de cor no Brasil no final do

período colonial só fazia aumentar. Enquanto em 1786 estima-se que já totalizava 35% nos primeiros anos dos oitocentos passaria dos 40%. Embora não dispondo de números a esse respeito para a capitania do Grão-Pará, os recenseamentos coloniais para as capitanias vizinhas são indicativos. No Mato Grosso, em 1797, 47% do total da população de homens de cor apareciam registrados como livres. Esta parcela populacional, por sua vez representava 67% do total da população livre. Já no Maranhão nos derradeiros anos dos setecentos, os homens livres de cor totalizam 27% da população de cor e 36% do total daquela livre. (p. 51)

Sampaio, baseada em dados de uma obra de sua autoria¹² traça um quadro comparativo entre a proporção de escravos referentes à população de Belém e Manaus. Segundo a autora em 1822 a porcentagem de escravos referentes à população de Belém era da ordem de 46% enquanto para 1814 em Manaus girando em torno de 5%. Já em 1848 em Belém a quantidade de escravos africanos representava 25%, enquanto em Manaus em torno de 4%.¹³ (p. 5)

Sobre a população de escravos na cidade de Manaus, Bittencourt¹⁴ afirma: “Pelo recenseamento de 1872 a Capital da Província possuía 17.028 habitantes, incluindo 493 escravos.” (1999, p. 25).

Podemos inferir como Sampaio que em relação ao número de escravos estes eram em quantidade suficiente ao menos para não serem ignorados.

Outro aspecto destacado por Gomes (1995) trata da nova visão a cerca dos quilombos existentes na Amazônia e sua perspectiva dentro de uma história social da escravidão:

A historiografia mais recente sobre a história social da escravidão no Brasil-mais destacadamente aquela dedicada analisar o protesto escravo – tem apontado novos caminhos de reflexão. O quilombo não era necessariamente um mundo isolado completamente da sociedade escravista. (p. 55)

Ao analisar as constantes fugas de escravos na região Gomes (1995) afirma existirem na Amazônia grandes mocambos e quilombos por todo o Grão-Pará. Além de assinalar a presença negra na região o autor afirma a importância destes quilombos pois os seus habitantes criavam espaço para cooperação e para contato com a chamada sociedade escravista, inclusive para atividades comerciais.

Outro autor a ressaltar a presença negra, agora na Província do Amazonas é Loureiro¹⁵ que utilizando-se da análise de Relatórios, Exposições e Falas dos Presidentes da Província do Amazonas entre o período de 1855 a 1867 analisa uma categoria a qual se convencionou denominar de “africanos livres” que segundo o autor:

“Essa figura esdrúxula de escravo estatal, fantasiada com o nome de ‘africanos livres’ surgiu anos após a decretação da Lei Aberdeen, pela qual a Inglaterra investiu-se no direito de destruir o tráfico negreiro, apreendendo navios e libertando cativos (...)” (2007, p. 255).

Segundo Loureiro a primeira referência aos africanos livres no Amazonas apareceu em 1855 relacionados à repartição destes trabalhadores nas obras da Província.¹⁶

Ainda sobre os dados estatísticos dos africanos livres, Loureiro afirma que em 1857 a Província receberia 50 negros apreendidos para trabalharem na Colônia de Itacoatiara, do total chegando apenas 34.

Loureiro afirma que em 1858:

(...) o presidente Francisco José Furtado relatava a existência de 51 africanos livres, na Província, sendo 34 homens em Itacoatiara, 12 homens, duas mulheres e três menores em Manaus, totalizando 17 pessoas (...) eles exerciam a atividade de sapadores, eram briguentos e insubordinados (...) (2007, p. 256)

Uma estatística de 1867 revela segundo Loureiro (2007, p. 256) a existência de 60 africanos livres, além de oito menores em toda a província do Amazonas. Ao analisar a função destes africanos livres, Loureiro afirmava que estavam a serviço de particulares, sob autorização do presidente da Província. A maior parte empregava-se nas obras públicas.

Sampaio afirma em seu artigo em consonância com as palavras de Loureiro que os africanos livres eram cedidos aos particulares, além do trabalho nas obras públicas, de acordo com os interesses do poder público.

Conclusão

O tema do trabalho tem despertado interesse nas pesquisas no interior da Universidade Federal do Amazonas.

A tarefa de tentar investigar a influência dos trabalhadores escravos negros a partir de uma abordagem diferenciada é ressaltada a partir das obras precursoras do

tema, citadas o longo do texto, destaque para Gomes e Sampaio onde percebe-se uma concepção do mundo do trabalho com viés diferente da visão ortodoxa cristalizada na história regional.

O mundo do trabalho está presente na obra de historiadores regionais dentro de uma perspectiva secundária ressaltando-se as características economicistas e uma visão progressista de modernização onde fica excluído o trabalhador e em especial o escravo negro.

O artigo tenta, portanto destacar o silenciamento da história local diante da presença negra na região e sua participação no universo contraditório do mundo do trabalho em consonância com a História Social.

Fundamental destacar que no contexto da história regional o tema do trabalho é uma preocupação recente o que restringe nossa possibilidade de análise na medida em que a pesquisa documental demonstra a existência maior de obras focadas no impacto dos ciclos da borracha (apogeu 1890 a 1910 e decadência 1910 a 1920) como pano de fundo ao mundo do trabalho.

¹ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

² O artigo de Pinheiro tem por objetivo analisar o universo operário em Manaus no período da crise da econômica da borracha.

³ GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

⁴ NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio Gomes. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, nº 1.

⁵ As obras de E. P. Thompson, Eric Hobsbawm possuem uma influência, segundo Gomes, significativa nos Programas de Pós-Graduação referentes à chamada História Social, principalmente no eixo Rio-São Paulo.

⁶ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma Cidade na Transição, Santos: 1870-1913*, 1996.

⁷ O enfoque principal da obra de Lanna é a imigração, principalmente portuguesa para a cidade de Santos, que segundo a autora é pólo de atração de imigrantes e também de ex-cativos e escravos. Notamos, portanto a presença de negros em sua narrativa que se cerca de elementos do que convencionou-se denominar “Mundo do Trabalho”.

⁸ Segundo Flávio Gomes (2006, p.225) as idéias de Costa Pinto desenham um mundo homogêneo e sem transformação, sendo a escravidão produto e produtora de um atraso tecnológico, social e econômico.

⁹ Grifos nossos.

¹⁰ O autor trabalha em diversas passagens o conceito de “escravo legal” e “escravo natural” presentes na obra de Aristóteles, inclusive levantando a tese de que em Aristóteles a escravidão é apresentada como uma categoria ético-psicológica, distinta da visão moderna que traria em si uma concepção ligada ao trabalho, política ou à raça.

-
- ¹¹ Cf. Sampaio, Patrícia Melo. *Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano*. Disponível em: www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/53.53.pdf
- ¹² Cf. Sampaio, P. op. Cit.
- ¹³ Importante frisar que de acordo com a obra de Sampaio, tais números de escravos representam apenas a condição jurídica dos mesmos.
- ¹⁴ Cf. Bittencourt, Agnello. *Fundação de Manaus: pródromos e seqüências*. 2ª. ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- ¹⁵ Cf. Loureiro, Antônio José Souto. *O Amazonas na Época Imperial*. 2ª. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.
- ¹⁶ Segundo Loureiro em torno de 7 trabalhadores negros (p. 256)

Referências Bibliográficas

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio Gomes. **Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho**. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, nº 1.

GOMES, Flávio dos Santos. **Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial**. In: revista da USP, São Paulo, v. 28: p. 40-55, Dez/Fev 1995-96.

GIANNOTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano**. Disponível em www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/53.53.pdf acesso: 07/2010.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945)**. In: *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, vol 1, nº 1 (2007). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007a

PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte . **Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920**. In: *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, vol 1, nº 1 (2007). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma Cidade na Transição, Santos: 1870-1913** (cap. 3), 1996

NEDER, Gizlene. **Cidade, Identidade e exclusão social**. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol 2, no. 3, 1997, p. 106-134.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Amazonas na Época Imperial**. 2ª. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus: pródromos e seqüências**. 2ª. ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade do Amazonas, 1999

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha: 1889-1914**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.